



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



13ª REUNIÃO INTERAMERICANA, A NÍVEL MINISTERIAL, SOBRE SAÚDE E AGRICULTURA

Washington, DC, 24 a 25 de abril de 2003

Punto 11.1 da Agenda Provisória

RIMSA13/15 (Port.)
14 abril 2003
ORIGINAL: INGLÊS

ALIANÇA ESTRATÉGICA OPAS/IICA

Dr. Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Introdução	3
Sanidade animal e saúde pública: zoonoses e inocuidade dos alimentos	8
Ações adotadas até o momento dentro da perspectiva do acordo.....	9
Mecanismos para o planejamento, programação, monitoramento, avaliação e gestão do desenvolvimento	9
Intercâmbio de informações e experiências	10
Desafio da parceria para o desenvolvimento dos agronegócios	10

Introdução

1. É com grande prazer que volto a Washington e tenho a oportunidade de participar do XIII RIMSA. O ano passado foi um ano histórico para o nosso Instituto. Celebramos o nosso 60º. Aniversário e em janeiro assumi como o 9o. Diretor-geral da entidade. A minha primeira tarefa foi reposicionar o IICA no panorama do século XXI e formular uma nova filosofia que promova o desenvolvimento agrícola sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade do setor rural nas Américas. Esta filosofia reconhece que, em qualquer país moderno, o desenvolvimento dos setores rural e agropecuário não pode ser visto apenas como um empenho para ajudar agricultores pobres de atividade marginal, mas como o desenvolvimento de um setor de valor estratégico por contribuir com a estabilidade social, segurança alimentar e conservação ambiental para as gerações atuais e futuras do país. Ao entrarmos no terceiro ano do século XXI, temos diante de nós uma nova fronteira de desafios e oportunidades.

2. Trata-se de uma nova fronteira de oportunidades, caracterizada por uma participação global e parcerias, eficiência na comunicação e coordenação de ações e a convicção da necessidade de uma conjunção de esforços para vencer os problemas atuais de maior urgência. É preciso que fique claro a todos que um dos maiores desafios é resolver os problemas de saúde, pobreza, fome e marginalização, enfrentados por 800 milhões de pessoas que seguem vivendo na pobreza rodeados por um mar de prosperidade material global. Destes, cerca de 177 milhões vivem no continente americano e cerca de 9 milhões, em áreas rurais. Precisamos ajudá-los a desfrutar de parte das liberdades de que nós desfrutamos.

3. Como afirmei em meu discurso inaugural de 15 de janeiro de 2002, o nosso Instituto precisa empenhar-se para enfrentar o desafio de abraçar um futuro moldado pela resolução de alcançar a cooperação global e respeito pela diversidade; um futuro que nos lembra das infinitas possibilidades que surgem ao nos esforçarmos ao máximo; um futuro em que passamos a concentrar os nossos esforços mais em nossas responsabilidades do que em nossos direitos; um futuro em que problemas se tornam possibilidades e suplantam os limites estreitos dos interesses individuais e pessoais para abraçar questões mais amplas de humanidade; um futuro em que lembramos que não basta ter inteligência, não basta ter educação, não basta ter riqueza, um futuro em que lembramos que, em última análise, o importante é ter caráter, comprometimento, responsabilidade, disciplina e respeito pela humanidade.

4. Muitas vezes subestima-se a contribuição dos setores rural e agropecuário para a produção econômica global. Um caso clássico ocorreu recentemente em El Salvador, onde segundo as estatísticas oficiais, a contribuição da agropecuária para o PIB era de 12%, ao passo que uma análise dos sistemas anterógrados e retrógrados articulados com

outros setores da economia indicaram uma contribuição de 38%. É provável que a mesma situação ocorra em muitos outros países.

5. Para melhor enfrentar os desafios da nova economia, a missão atual do IICA é dar respaldo aos países-membros do continente americano na sua busca de progresso e prosperidade, mediante a modernização do setor rural, promoção da segurança alimentar e desenvolvimento de um setor agropecuário fundamentado na competitividade, estrutura tecnológica, gestão ambiental e equidade social.

6. Com os países das Américas prestes a estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o novo mandato conferido ao Instituto na III Reunião de Cúpula das Américas e na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a importância do IICA como uma instituição que promove a integração continental do setor agropecuário adquire nova força.

7. Neste novo panorama, o Instituto deve dar enfoque ao seu programa de cooperação técnica para proporcionar a assistência necessária aos países-membros. Iniciamos um processo de consolidação interna e projeção de um ideal externo por meio de parcerias estratégicas com instituições vinculadas do sistema interamericano, organismos privados e parceiros globais a fim de proporcionar o apoio necessário e merecido ao setor rural das Américas.

8. Um dos objetivos principais do IICA é concretizar a criação de uma efetiva rede continental de cooperação: uma rede que facilite o acesso a informações, tecnologia e melhores práticas a todos países das Américas em apoio à integração do comércio agropecuário no continente.

9. O Plano de Médio Prazo 2002-2006 do IICA concentra-se no incentivo do desenvolvimento agrícola sustentável, promoção da segurança alimentar e estímulo à prosperidade das comunidades rurais das Américas. Temos total consciência, no entanto, de que para alcançar esses objetivos é preciso adotar um enfoque holístico, multissetorial e multidisciplinar em que educação, saúde, meio ambiente, organização e governança das comunidades rurais são subsídios fundamentais.

10. Não se deve, porém, exagerar a importância dos setores agroalimentar, de agronegócios e de comércio. Para melhorar a competitividade e incentivar a criação de um espaço global de agronegócios, devemos apoiar a adoção de novas tecnologias e princípios de negócios que sejam sustentáveis e equitativos.

11. Melhorias na educação, comunicações e renda resultaram em uma maior conscientização da importância de uma nutrição adequada para uma vida saudável e o bem-estar geral. Houve um aumento na demanda por frutas frescas, verduras, alimentos

processados, aperitivos e ricos em fibras e produtos orgânicos. Além disso, é crescente a atenção dada a questões sobre qualidade dos alimentos e inocuidade alimentar nos mercados nacionais e internacionais de produtos alimentícios. O desafio futuro para a agropecuária não será apenas atender às demandas dos consumidores, mas também garantir a inocuidade e confiabilidade das provisões alimentares.

12. A agropecuária foi incorporada à pauta de discussões das negociações em curso para a criação da ALCA e de acordos de livre comércio bilaterais e regionais, e leva-se em consideração tanto a dimensão do comércio agroalimentar como questões sociais e ambientais associadas à agropecuária e o comércio agroalimentar.

13. É fundamental que os Ministérios da Agricultura dos países latino-americanos e do Caribe fortaleçam a sua capacidade institucional de negociação internacional, não apenas para serem capazes de agir como legítimos porta-vozes deste setor nas mesas de negociação, mas também para que possam ampliar a sua capacidade de análise, obtenção de consenso, formulação e coordenação de propostas perante os órgãos oficiais responsáveis pelo comércio exterior assim como os representantes dos setores produtores.

14. Uma das questões mais críticas atualmente em discussão nas negociações do comércio agropecuário diz respeito à inocuidade dos alimentos com a exigência dos consumidores de alimentos nutritivos e aptos para o consumo. Observamos, nos últimos anos, uma maior atenção dada a questões de inocuidade dos alimentos em todos países do continente, o que fez com que os métodos de controle de pragas e pestes passassem por um exame minucioso.

15. Em 2001, um informe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) revelou que 30% dos pesticidas comercializados em países em desenvolvimento não cumpriam com as normas internacionais. Nesta mesma área, muitos países promoveram a organização e reestruturação das suas instalações de inspeção de alimentos. A experiência do Canadá com o estabelecimento da Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (CFIA) é um exemplo estudado em todo o continente americano, sendo adotado em outros países como Belize.

16. Somente com a modernização dos sistemas de inocuidade dos alimentos será possível obter resultados mais definidos nas avaliações de risco como parte da tomada de decisões sobre políticas para o controle de doenças e de pestes que comprometem a produção e ameaçam a saúde do homem.

17. Nas áreas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, é crescente o número de instituições que se dedicam a avaliar e facilitar uma maior demanda por

produtos importados que, em vez de representarem um risco, contribuem para melhorar os padrões nacionais de saúde e de sanidade agropecuária.

18. Verificou-se, no entanto, na última década que o enfoque tradicional à sanidade agropecuária é inadequado para fazer frente aos desafios modernos. A doença da vaca louca na União Européia, o problema da dioxina na Bélgica e a febre aftosa no Reino Unido constituem afecções iniciadas com a introdução de alimentos e ração adulterados, resultando em sérias conseqüências nas etapas mais avançadas da cadeia agroalimentar.

19. As circunstâncias atuais requerem que as instituições de sanidade e segurança adotem uma filosofia internacional mais abrangente e uma missão mais transparente. A organização tradicional da sanidade agropecuária em ministérios da agricultura precisa ser reestruturada para abrigar alianças mais estreitas e uma maior integração com outros ministérios, tais como o da saúde, comércio e relações exteriores.

20. O setor privado deve colaborar com o setor público e suas funções complementares e responsabilidades específicas precisam ser definidas. Fazem-se necessários programas com alcance que ultrapasse o âmbito da produção agropecuária e englobe toda a cadeia agroalimentar.

21. Para sua eficiência, as instituições de sanidade e segurança precisam dispor de mecanismos eficazes de vigilância e resposta para fazer as advertências necessárias quanto a efeitos colaterais e elementos prejudiciais introduzidos na produção agropecuária que de outra forma apenas seriam notados nas etapas finais da cadeia agroalimentar.

22. Nos últimos anos, houve uma redução significativa do corpo e do orçamento dos ministérios da agricultura de vários países do continente, em grande parte devido a programas de ajuste estrutural. Para que a agropecuária possa ser competitiva em um mundo globalizado, o governo deve desempenhar um papel decisivo para a definição de políticas e provisão de uma estrutura reguladora para o setor agropecuário e seus serviços de apoio, tais como pesquisa, educação extensiva e sanidade agropecuária.

23. É deve dos governos estabelecer os termos para o novo relacionamento entre a saúde e a agropecuária de parceiros estratégicos no empenho de cumprir, de maneira integral e intersetorial, as muitas responsabilidades de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos relativas à produção, comércio e meio ambiente.

24. Neste sentido, é importante a assinatura deste acordo com a OPAS para garantir a incorporação da saúde em nossas iniciativas de desenvolvimento rural na medida em que reconhecemos ser virtualmente impossível o desenvolvimento da área rural sem sanidade agropecuária.

25. O IICA e a OPAS têm objetivos comuns e há muitos anos colaboram em diferentes atividades relacionadas à saúde pública, sanidade animal e inocuidade dos alimentos. Ambos desempenham funções fundamentais e complementares nas áreas de sanidade e desenvolvimento agropecuário que transpõem as áreas tradicionais de colaboração e são essenciais para a prosperidade das comunidades rurais. Além disso, ambas as organizações dispõem de uma rede de repartições nos países-membros que facilitam a ação conjunta.

26. Entre os objetivos do nosso acordo, dois se destinam a um aumento e melhor aproveitamento da produção de alimentos e melhoria da saúde e da qualidade de vida nas áreas rurais dos países-membros. Como parceiros, as nossas instituições enfrentam desafios consideráveis nesse sentido:

- A nível político, ambas organizações funcionam como secretariados das suas respectivas reuniões ministeriais sobre saúde e agricultura e vida rural. Além disso, na III Reunião de Cúpula das Américas (realizada em abril de 2001, no Canadá), ambas pediram a cooperação para a execução do Plano de Ação da Reunião de Cúpula.

27. O IICA e a OPAS dão respaldo integral ao compromisso assumido pelos chefes de Estado e de governos na Declaração da III Reunião de Cúpula de:

- Maior empenho para alcançar os objetivos internacionais de desenvolvimento, em particular uma redução de 50% até o ano de 2015 da população vivendo na miséria.
- Incentivar programas para a melhoria da agropecuária, vida rural e agronegócios como uma contribuição fundamental para a redução da pobreza e desenvolvimento integral.

28. Assim, a OPAS e o IICA reafirmam a importância de reunir suas capacidades para respaldar as iniciativas para um maior desenvolvimento dos países-membros e o seu compromisso com:

- o princípio do pan-americanismo, que requer a cooperação dos países das Américas de modo que, ao trabalharem juntos, possam promover o próprio desenvolvimento;

- o desenvolvimento equitativo e a realização dos objetivos de saúde para todos no continente e a redução das desigualdades nos indicadores de saúde internamente e entre os países e
- a promoção da prosperidade em comunidades rurais, inclusive a redução das desigualdades entre as populações e, acima de tudo, maiores liberdades às pessoas.

29. O IICA e a OPAS fortalecerão a suas ações de cooperação técnica conjunta com vistas a ajudar os países das Américas a proporcionar saúde e prosperidade às suas comunidades rurais. Isso será realizado com o apoio às iniciativas dos Ministérios da agricultura e da saúde e com a participação ativa das comunidades rurais.

30. O *Plano de Ação* estabelece os parâmetros para a cooperação, com um enfoque em ações nas seguintes áreas:

Sanidade animal e saúde pública: zoonoses e inocuidade dos alimentos

31. Haverá um intercâmbio de informações, idéias e experiências entre o IICA e a OPAS nas respectivas áreas de especialização. Além disso, serão realizadas várias ações nestas áreas cujos resultados repercutirão de modo favorável no setor agropecuário, nutrição e saúde pública de comunidades rurais e, conseqüentemente, na economia nacional.

32. Entre as ações estão:

- Fortalecimento da capacidade de gestão dos quadros que ocupam cargos executivos ou de supervisão em programas nacionais de sanidade agropecuária, saúde pública veterinária e inocuidade dos alimentos com a finalidade de torná-los mais eficientes e eficazes.
- Incentivo a uma participação mais ativa dos profissionais das cadeias agroalimentares em processos de sanidade agropecuária, a fim de melhorar a inocuidade dos produtos e, como resultado, a saúde pública e o acesso aos mercados.
- Melhoria do aproveitamento das informações dos sistemas de vigilância epidemiológica do setor agropecuário.

33. As ações conjuntas dentro da organização do processo das reuniões de cúpula envolvem o intercâmbio de informações e a participação de ambas as organizações em atividades preparatórias e nas reuniões ministeriais sobre saúde e agricultura e vida rural

e o intercâmbio de informações sobre o progresso no cumprimento dos mandatos das reuniões de cúpula e possíveis ações conjuntas para este fim, inclusive iniciativas para aumentar a participação da sociedade civil, especialmente o setor privado.

Ações adotadas até o momento dentro da perspectiva do acordo:

- Plano de trabalho conjunto da FAO/OPAS/IICA para o fortalecimento do sistema de Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos (SAIA) em Honduras.
- Desenvolvimento de uma organização racional para o estabelecimento de um sistema nacional de inocuidade dos alimentos nas Bahamas.
- Assistência ao Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura do Suriname para revisar a legislação que rege o sistema de Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos.
- Incentivo ao treinamento envolvendo a simulação de emergências sanitárias e fitosanitárias em Trinidad e Tobago.
- Cooperação com o Serviço Nacional de Qualidade, Segurança e Sanidade Agroalimentar (SENASICA) do México, relacionada à implementação do programa de inocuidade dos alimentos.
- O IICA e o Instituto Pan-Americano de Proteção dos Alimentos e Zoonoses (INPPAZ)/OPAS participam do programa de apoio às comunidades nativas e do programa de distritos municipais com saúde na Argentina.
- Duas organizações trabalham em colaboração para dar auxílio ao Serviço Nacional de Sanidade Agroalimentar e Inocuidade dos Alimentos (SENASAG) da Bolívia e consolidar o programa de inocuidade dos alimentos.
- O IICA e a OPAS trabalham juntos em um projeto de lei para o sistema nacional de saúde do Equador.

Mecanismos para o planejamento, programação, monitoramento, avaliação e gestão do desenvolvimento

34. Envolve o intercâmbio de experiências nessas áreas e de informações úteis para o desenvolvimento de um sistema de avaliação do IICA e instrumentos de apoio para a gestão do desempenho organizacional.

Intercâmbio de informações e experiências

35. Refere-se ao intercâmbio de informações, eventos conjuntos com a utilização da infra-estrutura de ambas organizações e colaboração para serviços de apoio logístico para reuniões e atividades técnicas.

Desafio da parceria para o desenvolvimento dos agronegócios

36. As transformações ambientais, tais como a perda da biodiversidade e a contaminação de mananciais e fontes de alimentos, também causam influência nos programas de saúde e segurança. Um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostra que 10% das doenças passíveis de prevenção são resultantes da deterioração ambiental, e como causas dessas afecções estão a falta de medidas sanitárias, contaminação de mananciais e alimentos inaptos ao consumo.

37. A inocuidade dos alimentos é de importância crítica para o desenvolvimento dos agronegócios. Os desafios enfrentados pelos países e as oportunidades que podem ser criadas para a produção de alimentos e o comércio estão diretamente relacionados a políticas e avanços tecnológicos para inocuidade dos alimentos. A necessidade de ser competitivo interfere não apenas com a saúde pública e qualidade dos alimentos, mas também com a produção, turismo, acesso aos mercados, inocuidade dos alimentos, meio ambiente, entre outros. Para os países em desenvolvimento, o comércio de frutas e verduras frescas, carnes e frutos do mar corresponde a quase metade das exportações de produtos alimentícios e agropecuários. O comércio neste nível depende da existência de políticas transparentes e da aplicação de padrões para inocuidade dos alimentos, coerentes com os acordos e normas internacionais da OMC, Codex Alimentarius e Organização Internacional de Epizootias (OIE).

38. O estabelecimento de um ambiente favorável e a capacitação para o desenvolvimento dos agronegócios, especialmente para produtores de pequena e média escalas, constituem um campo de ação em que o IICA pretende aumentar a sua atuação para fortalecer as relações com organizações nacionais e promover o comércio exterior.

39. O IICA adquiriu grande experiência mediante programas para “criar exportadores” e fortalecer as redes de agronegócios. Isto será ampliado com ações para aumentar a capacidade de gestão dos agronegócios e favorecer alianças estratégicas entre os participantes do setor privado a fim de estimular a competitividade em mercados globais.

40. A nossa proposta de criar uma instituição de capacitação na área do comércio em Miami está em discussão pelas partes interessadas.

41. Uma liderança sólida na área de inocuidade dos alimentos e o desenvolvimento de tecnologias compatíveis com o meio ambiente são necessárias para congregar todos os participantes da cadeia agroalimentar e suas ações precisam ser incentivadas por políticas transparentes e normas específicas, coerentes com os acordos e normas internacionais.

42. As instituições de sanidade agropecuária e inocuidade os alimentos precisam adaptar-se para permitir uma maior integração e compartilhamento de informações entre todos os participantes. Parcerias estratégicas com os setores público e privado são fundamentais para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e dos agronegócios, quer seja nas Américas ou em qualquer outro lugar do planeta.

43. Em resumo, gostaria de destacar três conclusões:

- (a) A inocuidade dos alimentos é fundamental para a prosperidade das comunidades rurais e para a saúde de todas as nações.
- (b) As disposições institucionais para gestão de instituições de inocuidade dos alimentos devem ser reavaliadas e modernizadas.
- (c) O investimento em pesquisa e tecnologia do setor agropecuário continua sendo essencial para o desenvolvimento dos setores agropecuário e rural das Américas.

44. Essas ações são empreendidas ao mesmo tempo em que o mundo enfrenta desafios sem precedentes. Talvez todas as gerações vejam o futuro desta maneira. No momento em que a OPAS celebra o seu centenário, a velocidade das transformações, sua magnitude e alcance e as possibilidades efetivas de concretizar mudanças fundamentais na condição humana oferecem para nós hoje circunstâncias especiais. Isto é especialmente válido para a saúde e agropecuária. Os progressos científicos e tecnológicos estão tornando indistintos campos tradicionais de estudo e isso exige que as pessoas e as instituições encontrem uma nova forma de colaborar. O continente americano abarca mais de 40% dos recursos hídricos e é o maior produtor mundial de alimentos. É testemunha das possibilidades criadas pela globalização e comércio para beneficiar vidas humanas. Mas é preciso fazer mais. É possível fazer mais. É preciso fazer mais. E, para isso, precisamos aprender a trabalhar juntos de modo mais satisfatório, mais inteligente e mais eficaz.

45. “Precisamos de instituições públicas de solidez científica, políticas bem definidas para saúde e comércio, normas claras e auditorias técnicas e são necessários mecanismos de inspeção, medidas de erradicação de doenças e pestes e controles de quarentena para lidar com essas questões”. (USAID)

46. O nosso Instituto e o Plano de Médio Prazo 2002–2006 claramente definiram a sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos como área de trabalho prioritária em que foram identificadas as seguintes cinco ações estratégicas institucionais:

- I. Aplicação dos acordos sanitários e fitosanitários da OMC e ALCA, assim como normas sanitárias e fitosanitárias de organizações internacionais de referência (Codex, OIE e Convenção Internacional de Proteção Fitosanitária – IPPC); provisão de informações aos países sobre o progresso de tais acordos e normas assim como sobre eventos especiais; estímulo à capacidade regional e nacional em disciplinas críticas tais como equivalência, regionalização, avaliação de riscos, rastreio e harmonização.
- II. Melhoria dos sistemas de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos a fim de facilitar o acesso aos mercados, interação com o setor privado, capacidade técnica e recursos humanos e financeiros; apoio às iniciativas de países para articular e desenvolver assistência técnica específica referente a mecanismos reguladores, capacidade técnica com base científica e sustentabilidade institucional.
- III. Promoção da capacidade dos países-membros de responder de modo oportuno a emergências e questões emergentes da área de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; assistência aos países para o reconhecimento precoce de questões emergentes que implicam risco à saúde humana, sanidade animal e vegetal ou que oferecem oportunidades novas para melhorar o nível de competitividade ou o acesso a novos mercados; facilitação da provisão de recursos limitados para enfrentar emergências imprevistas.
- IV. Incentivo a políticas e estratégias de inocuidade dos alimentos para que os países-membros desenvolvam normas e regulamentações, capacidade de liderança e capacidade técnica em toda a cadeia agroalimentar; adoção de iniciativas que englobem a cadeia agroalimentar, promovam a liderança e determinação política, incentivem a responsabilidade conjunta do produtor ao consumidor, expandam normas e padrões de inocuidade dos alimentos, melhorem a capacidade de avaliação e gestão de riscos e estimulem a educação e divulgação de informações.
- V. Captação de informações relevantes e oportunas sobre as diferentes áreas de atuação da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; geração de informações de valor agregado para os diversos níveis de tomada de decisões e profissionais dos setores público e privado; provisão de informações oportunas e apoio para a formação de alianças em áreas de potencial impacto, inclusive produção, competitividade, comércio, turismo, biossegurança, saúde pública, segurança alimentar e meio ambiente.

47. A parceria encontra-se no final da lista dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – um claro reconhecimento de que apenas com o trabalho conjunto alcançaremos a prosperidade para todos. As agências internacionais estão de acordo que colaboração, coordenação e ação conjunta são o caminho a seguir. Embora lentamente, estamos progredindo. A meu ver, é possível acelerar o ritmo das reformas institucionais necessárias para que possamos trabalhar juntos e com maior eficiência. Cada um de nós deve implantar mudanças no funcionamento das próprias instituições para viabilizar a nossa colaboração. Acredito também na veemente urgência do agora. Pobreza e fome ameaçam diariamente as nossas crianças e a estabilidade da sociedade. Estou convencido de que, com uma maior solidariedade no continente, podemos superar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em todos os países da América Latina e do Caribe.

- - -